

Recursos para o DF

BOLETIM DE BRASILIENSE

23 MAI 1985

A primeira reunião coletiva de trabalho dos auxiliares de escalão superior do Governo do Distrito Federal trouxe para o debate público questões da maior relevância e que se ligam de forma decisiva aos destinos administrativos e à viabilidade política do Distrito Federal como unidade federada e vivendo as ânsias de sua emancipação política.

O Palácio do Buriti experimentou o impacto das colocações do governador José Aparecido a partir do momento em que o GDF fez a sua opção pelos pobres, ao definir as linhas de ação mais abrangentes, onde o enfoque social distingue as regiões mais empobrecidas da geo-econômica da Capital da República.

Os pontos destacados pelo Chefe do Executivo do DF constituem, de fato, a porta de entrada da problemática mais aguda de Brasília. A ativação da receita pública pela revisão conceitual do IPTU lançado sobre as áreas habitacionais mais nobres, notadamente os terrenos ociosos que caminham à sombra da especulação imobiliária, negando-se à integração urbana pela ociosidade ante o uso do solo criado, é válida e oportuna. Todavia, tem limitações, como acontece, por igual, às taxações do ICM e do Imposto Sobre Serviços, por força de sua inelasticidade pelas vias exponenciais.

Compõem, ainda, as fontes de receita do GDF, os recursos formadores do Fundep, a arrecadação das empresas prestadoras de serviço, além das transferências da União — tanto as relativas ao Fundo de Participação dos Estados e aos demais impostos federais.

O perfil orçamentário do DF tem a seguinte composição: arrecadação própria (ICM, ISS e taxas) 38,82%; transferências da União, 51,33%; participação na receita de outros impostos federais, 5,31%; e, finalmente, os convênios e contratos com a União, 4,54%. A parte mais substantiva provém da União, numa dependência que é superior a 51%. As composições secundárias realçam apenas a chamada arrecadação própria, vale dizer, aquela que se realiza sobre fatos econômicos geradores de tributos e que não alcançam 40%. O Distrito Federal tem indústria incipiente e uma agricultura que somente com a ocupação de terras do cerrado pode expandir-se, sem maiores expressões fiscais no entanto. O comércio é a parte mais rica pela contribuição ao ICM.

A secretaria do Governo está utilizando a proposta a ser remetida à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, trabalhando sobre uma despesa prevista de Cr\$ 3 trilhões para o próximo exercício financeiro e sofrendo as hipóteses de uma lei de meios deficitária para 1985, ao se realizar financeiramente.

Embora sem qualquer compromisso formal, a Secretaria de Governo está avaliando novas opções de receita, além daquelas recomendadas pelo Governador. A partir do pressuposto de que o Distrito Federal tem o aval imediato da União por desdobramentos institucionais e constitucionais, uma das alternativas abertas a um exame mais aprofundado estaria no seu nível de endividamento, até aqui limitado a compromissos de convênios com ser-

viços e obras públicas. Todos os Estados brasileiros apresentam uma longa pauta de compromissos financeiros assumidos em função de empréstimos nas duas versões convencionais. Emissão de obrigações reajustáveis ou então contratação de empréstimos externos. No primeiro caso, já são titulares de posições devedoras expressivas. Vários Estados e municípios, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, Rio Grande do Sul, Piauí, Rio Grande do Norte, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Santa Catarina, Paraíba e Espírito Santo, totalizando mais de 11.864 trilhões de cruzeiros. Segundo anotações do Banco Central, a dívida pública externa registrada para os Estados e municípios ascendia a 398,8 milhões de dólares em junho do ano passado.

Desde que apoiado em um plano com embasamento nitidamente sociais e considerando-se a hierarquia de Brasília no âmbito internacional, como pressuposto para uma negociação ampla e diversificada com estabelecimentos internacionais a exemplo do BID e do BIRD, o Governo do Distrito Federal poderia estabelecer operações vantajosas para as autoridades brasilienses na contratação de empréstimos externos.

O importante está na disposição inicial do Governador do Distrito Federal em convocar a sociedade brasiliense para integrar-se num projeto de fortalecimento do Tesouro do DF, habilitando-o para os grandes enfrentamentos que a Nova República deverá compor a fim de superar os desafios que a nova visão política do DF impõe aos governantes e governados.